CRISES: A ESCOLA E O TRABALHO

Pedro Henrique Reis Machado[1]

INTRODUÇÃO

O fundamento da modernidade é o imperativo do trabalho. É ele quem guia a vida humana e a tutela, e sob o signo da produção capitalista, reduz as relações sociais à relação entre coisas. Sua crise representa, por outro lado, a morte de um Deus onipotente que, cada vez menos existente, continua exercendo sua dominação. Como fundamento das instituições modernas, é ele quem elabora também a escola e seu modelo. Sua crise, por isso, representa um colapso dos valores iluministas no interior da instituição, cuja crise terminal é acelerada em contexto neoliberal. Por isso, o presente estudo pretende superar, através da sociologia crítica da educação, os debates circulares da área que apenas reproduzem a ideologia iluminista que compõe o núcleo duro da crise, explorando assim a revisão bibliográfica que melhor localiza o fenômeno e trazendo os elementos complexos que a nova (pós) modernidade impõe à instituição escolar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho pretende explorar sistematicamente as análises de Robert Kurz sobre a crise do trabalho enquanto fetiche moderno, assim como as concepções de Paula Sibilia, também vinculadas à teoria crítica, que situam melhor a atualidade confusa do modelo escolar iluminista num contexto de crise da cultura. Essa revisão bibliográfica, em suma, pretende reunir as duas valiosas contribuições críticas, combinando-as para situar na crise da escola a crise também da modernidade do trabalho, apoiando-se nelas para extrapolá-las.

O procedimento metodológico seguirá o seguinte formato: primeiro, pretende-se expor as limitações do campo da sociologia da educação em pensar os problemas de maneira verdadeiramente crítica, o que impede desnudar a raiz as questões e suas principais contradições; segundo, pretende-se situar uma outra concepção de escola, enquanto estrutura iluminista de caráter civilizador e normativo, e por isso contaminada pela ideologia desta razão instrumental; o terceiro procedimento busca colocar esta instituição justamente no interior da crise de um tempo e de valores que a criaram, e como ela se comporta neste momento. O passo a passo se baseia na exploração de conceitos-chave da bibliografia

[1] Graduado no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Graduando em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, pedro.henrique@estudante.ufjf.br

referenciada, localizando-os nessa crise situada da escola. Concebe-se aqui a crítica com parte integrante do itinerário metodológico, e por isso algumas categorias frequentemente utilizadas pela sociologia da educação (como explicado no primeiro passo), serão contestadas em seu sentido reificado, limitado à sociabilidade do capital. Um exemplo disso é a ideia de "Cidadania", muito reivindicada pelos educadores, mas pouco pensada enquanto processo de cisão da modernidade iluminista, situado também em contexto laboral em contexto histórico nacional.

Por último, contextualizando ainda mais, o conceito de "neoliberalismo" será situado, desdobrando seu *ethos* aos novos formatos da escola e sua respectiva adaptação a este, no interior de uma crise ainda maior que o pronuncia e gesta, como já falado.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

A modernidade capitalista cria suas próprias contradições. O Deus moderno eleito no processo de secularização geral é o *trabalho*. O mal-estar, no entanto, reside justamente na impossibilidade de sua realização após a terceira revolução tecnológica e a substituição da mão de obra pelo uso da tecnologia. Se a escola historicamente se constrói e se volta para o trabalho, qual o sentido de sua existência quando este definha a olhos vistos? Para a cova comum ele carrega todo o esteio da cultura iluminista que o pariu: a cultura letrada e o Estado nacional, principalmente. O turbilhão da crise só aumenta quando pensamos nas consequências dessas transformações no interior do modelo escolar, ainda mais quando valores canonizados e sólidos de nossa sociedade começam a se desmanchar pelos ares.

Primeiramente, convém pensar a sentido na escola, sua formação e desenvolvimento em solo brasileiro. A obrigatoriedade do ensino começa a ser esboçado já na década de trinta, na esteira do processo de modernização por qual passava o país sob direção getulista. Neste momento já é muita clara a vocação para o *trabalho* atribuída à educação. O ideal dos burocratas e intelectuais por trás do Estado Novo não poderiam ignorar a necessidade de formação da mão de obra para o desenvolvimento nacional em larga escala, além da produção de administradores da grande máquina pública. De inspiração abertamente positivista ("ordem e progresso"), o regime que primeiro expande a educação no Brasil e conscientiza o espírito nacional acerca de sua necessidade estava profundamente contaminado pelos valores iluministas, que irão guiá-lo durante sua vigência. Estava inaugurado um ideal de sociedade que, no fundo, vigora até os dias atuais; à essa ideologia deve-se uma nova adaptação do país ao mercado capitalista internacional, que dita agora não só o caráter da estruturação econômica mas também a consciência de como realizá-la. Sobre a contaminação ideológica

do trabalho, já é sabido que veio assentar-se definitivamente devido ao processo de "atraso" da assimilação ideológica dos países periféricos quanto aos valores europeus.[2]

Uma vez incorporado à cultura nacional, o teor positivista estaria profundamente arraigado às nossas instituições modernas, entre elas, o Estado Nacional e a escola. Não por acaso, o movimento *escolanovista* se firma como o grande paradigma de concepção acerca da educação, tendo estreita relação com os ideais positivistas. Vale ressaltar que, por mais que ao longo dos anos cinquenta e sessenta o Brasil tenha experimentado fortes disputas que poderiam abalar tal constituição ideológica impregnada no Estado e na sociedade civil, muitos opositores acabavam por esbarrar nas limitações conceituais que a jaula de ferro do fetichismo os tranca. Em outras palavras, o próprio horizonte de algumas nobres figuras da esquerda estava também profundamente apegado à ideologia do trabalho, dos valores iluministas e da modernização. Isso será falado mais adiante, e ficará clara sua aplicação ao contexto nacional.

Havendo disputa ou não, um consenso existente é que a esquerda como um todo foi derrotada com o golpe de 1964. Isso significa que o lado positivista e iluminista de modernização que venceu foi aquela mais adepta à expansão sem fim do capital e à adaptação do país aos valores do bloco ocidental que se firmava hegemonicamente no estágio final da Guerra Fria. Sob regime empresarial-militar, o Estado braileiro volta-se ao tecnicismo da modernização conservadora, alcançando seu apogeu com o chamado milagre econômico, com alto grau de industrialização, para orgulho dos ideais positivistas. Na escola, o ensino técnico é priorizado e realizado. O que isso significa no contexto do presente estudo? Ora, que educação e trabalho se fundem sem nenhuma mediação, escancarando a essência desta instituição iluminista que agora realiza sem obstáculos a preparação e o culto ao Deus moderno do trabalho, embasado pela ética protestante que legitima sua acumulação *ad infinitum*.

Este espírito de ensino técnico nas escolas prevaleceu e prevalece até os dias atuais como consumação do caráter último da escola enquanto projeto iluminista. É o meio mais eficaz e pragmático que instrumentaliza-lo para aquilo que foi planejado: o trabalho. Mas é claro que nem sempre a escola conseguirá ser tão drasticamente reduzida a este seu propósito.

O contexto da redemocratização reabre o debate sobre a educação pública nacional, inaugurando um cenário de novas percepções e legislações sobre o ensino, que começam a gestar o que vemos hoje no Brasil. Neste espaço de tempo, a grande ruptura e inovação é colocada pelas propostas, debates e resoluções da Constituição de oitenta e oito. Aqui, o

[2] Em *Ideologia curupira* (1977), Vasconcellos desdobre este tema de forma completa ao tratar do discurso integralista e demais correntes presentes na primeira metade do século XX no Brasil.

grande tema a ser incorporado em todas as áreas era a "Cidadania". O contexto cria consenso sobre a educação enquanto seu elemento formador, tarefa historicamente atribuída em específico à disciplina de sociologia. Sua conquista, materializada na Constituição, aparece como a grande vitória das forças de esquerda, ou, no mínimo, humanistas, diante deste Brasil recém saído da barbárie de um regime ditatorial. O horizonte da vitória, no entanto, em muito ofusca as contradições de uma derrota passada. Não é comum, se é que existe, uma crítica à ideia de Cidadania por parte da sociologia brasileira ou dos teóricos da educação. Exercício este, por sinal, que deveria se figurar como elementar. Marx, ao tratar da questão judaica, já identifica a cisão moderna que separa os direitos do homens dos direitos do cidadão (Marx, 2010). A reificação existente aí, somada às outras divisões aplicadas à integridade humana, funciona como validação linguística do mundo do capital e, consequentemente, do trabalho. É esta a visão que precisa ser recuperada se de fato se pretende uma abordagem crítica da "educação para a Cidadania".

Além de portar em sua origem um movimento simbólico que muito expressa o fenômeno fetichista estendido à desintegração do ser, em contexto histórico nacional a ideia de Cidadania escancara seu valor instrumental ao ser rigidamente associada ao trabalho, como condição para ele, e também como consequência mútua e recíproca, conforme mostra José Murilo de Carvalho (2002). A Cidadania brasileira, lentamente conquistada, só pode se fazer associando-se àquilo que de fato confere legitimidade à cisão do mundo capitalista: o trabalho. É este quem possibilita a existência do ser pleno dos direitos conquistados pela era burguesa. Em solo brasileiro, se o ensino técnico representava a realização da escola enquanto trabalho, a Cidadania não poderia cumprir outro papel senão possibilitar, no interior da instituição Iluminista, a realização do treinamento diário ao labor.

Mas por quais meios, exatamente, a escola *realiza* o trabalho ou prepara os alunos para tal? Aqui precisamos pensar ancorados em autores clássicos que desenvolveram ideias ímpares sobre a escola. Primeiro, relembramos Kant, no clássico "Sobre a pedagogia" (1999), onde argumenta que a escola era uma forma de humanização da barbárie, de domesticação dos corpos para a realidade da Europa. Realidade está, claro, do *trabalho*, existente enquanto abstração e estranhamento, modelo impensável para outros povos, bárbaros, que não conheciam ainda o processo de acumulação primitiva - descrito por Marx no capítulo XIV de "O capital" (2003). A realidade do trabalho enquanto novo ordenamento temporal, psíquico e social da Europa iluminista é bem explicada por Kurz, principal em seu artigo "A ditadura do tempo abstrato" (2020). Seu imperativo, ao se espalhar pela totalidade social, cumpre assim papel disciplinador, sendo a escola, no sentido kantiano, uma de seus vetores. Neste sentido,

poderíamos dizer que a missão da escola está subsumida a algo maior, ao processo civilizador, narrado por Norbert Elias, no sentido em que constrói uma nova mentalidade que prepara os corpos para a era moderna, rompendo com os costumes bárbaros do passado, na visão dos iluministas, os primeiros teóricos da instituição escolar como conhecemos hoje. Se a escola aparece então nos meandros deste processo civilizador, em estreita relação com o superego do *trabalho* e sua ética protestante - processos que devem ser pensados em conjunto, dada a impossibilidade de realização isolada de cada um -, nos dias atuais ela aparenta carregar em seu seio todas as contradições destes elementos formadores. Se o modelo de sociedade iluminista atravessa uma crise terminal, seus valores e instituições tomam o mesmo caminho.

Se está lógica da modernidade está entranhada no Estado, seu realizador jurídico-administrativo, então certamente existe, por parte dele, um esforço em mantê-la e reproduzi-la. Por esta perspectiva, enquanto instituição, a escola aparece como mais um dos aparelhos ideológicos do Estado, onde se ensina o "saber-fazer da modernidade", como explica Althusser em seu clássico livro (XXXX, p. 5). Ainda restrito às categorias iluministas, podemos extrapolar a ideia do autor e pensar que esta reprodução se dá justamente através da conformação do trabalho: além de reproduzir a ideologia do capital enquanto uma questão de classe - foco de explicação do filósofo -, a escola reproduz o *ethos* do trabalho, que engole proletários e burgueses, esquerda e direita.

Pensando o sentido da ideologia, é importante resgatar também o trabalho de Bourdieu, principalmente aquele em conjunto com Passeron, "A reprodução" (1992), em que análises objetivas da escola são feitas, expondo seu formato de reprodução das desigualdades da sociedade lá fora. O que compõe o plano de fundo desta obra, assim como o de Althusser, é uma análise da instituição em seu formato estrutural, que cumpre um papel não isento numa sociedade de classes, extremamente contraditória. Esses papéis desenhados pela função escolar desde seu surgimento, como fica explícito na obra de Kant (1999), carregam em si o projeto cultural da modernidade, que agora se vê numa crise que abala tanto seu formato ideológico clássico como sua estrutura de existência.

As várias faces dessa crise são expostas através de uma análise histórico-crítica da ensaísta Paula Sibilia. A começar por um dos pilares da escola, o próprio Estado nacional, segundo a autora, que agora se definha em duas dimensões principais: tanto como agente político-jurídico dotado de poder, como também portador simbólico de uma autoridade ímpar na era moderna. Provedor do dispositivo escolar no momento em que a infância era concebida pela primeira vez como existe hoje (Ariès, 1986), o Estado liderava sua missão pedagógica

com base na autoridade que lhe cabia, perpassando-a a seus representantes no interior da instituição. Como já é sabido, este modelo clássico de escola baseava-se num sistema autoritário coercitivo, cujo intuito era, em primeiro lugar, disciplinar corpos infantis, no projeto modernizador iluminista expresso por Immanuel Kant (1999), pois com esse instrumento seria possível "'dominar a barbárie'" (Sibilia, 2012. p. 18). Existe aí um sentido foucaultiano muito claro, que estabelece o ambiente escolar como um modelo prisional de vigilância e normatividade, tanto dos corpos como do comportamento e do conteúdo a ser tratado em seu interior. Sua corporificação aparece na figura do professor em seu modelo clássico enquanto portador do conhecimento letrado a ser passado ao aluno, à espera do esclarecimento (Sibilia, 2012, p. 23).

Com o advento do neoliberalismo na segunda metade do século XX, a normalidade que uma vez fundamentou o dispositivo escolar vê-se subvertida. O Estado, antes visto como provedor da autoridade legítima, agora é posto em suspeita e degradado em todos os sentidos pela ação do mercado generalizado e sua ideologia. A cultura letrada do esclarecimento iluminista, por sua vez, cai por terra diante da era digital em formato de redes, onde a internet e as recepções audiovisuais vindas das telas substituem o exercício de concentração da leitura e do papel. Com essa reflexão, Paula Sibilia coloca essa importante questão: qual o papel, agora, da escola e do professor em um cenário em que a cultura letrada, o dispositivo escolar disciplinador e o Estado enquanto fonte de autoridade tiveram suas bases corroídas? (Sibilia, 2012, p. 93).

Além deste aspecto institucional que é parte constitutiva da crise, ela também conta com um aspecto dimensional diverso, incrivelmente novo e igualmente importante. Trata-se de uma era digital radicalmente devastadora do formato da cultura até então existente, e criadora, com isso, de uma subjetividade inédita que joga pelos ares a condição normativa da pedagogia clássica. A era neoliberal altamente digitalizada, informatizada e tecnológica parece extinguir a ideia de "condução da criança" (pedagogia: paidós [criança] e agogé [condução]), pois esta já surge como um pleno consumidor, acessando informações da tela sem a necessidade da transferência de conhecimento que fundava o exercício docente. Soma-se a isso uma nova normalidade regular que supera a disciplina clássica semelhante à prisão: o constrangimento agora é individual e começa na intimidade do ser de fora para dentro, além de ser desejado enquanto pode ser visto, um sintoma clássico da exacerbação da própria imagem na sociedade do espetáculo, como já falado por Debord (2003). São esses os fatores que fazem da disciplina externa clássica, pilar nos primórdios da escola, algo obsoleto. O que existe no lugar dela, por sua vez, é algo ainda não definido. Disputa-se a escola tanto no

sentido de tentar girar a roda da história para trás, por parte dos saudosistas do sistema semelhante ao prisional, que dota de autoridade policialesca e professoral o docente; e busca-se também certa "inovação", no sentido de conectá-la, torná-la orgânica à rede digital que agora dá vida à "juventude ciborgue" (Salles, 2014).

Situando o espírito central das instituições iluministas e também particularizando o caso brasileiro, resta agora pensar a dimensão principal da crise, aquela que diz respeito à morte do Deus moderno, o *trabalho*. Suplantando a metafísica da Idade Média, é ele quem orienta a vida dos professores, funcionários e alunos; orienta a organização disciplinar e a acústica do ambiente, reduzindo-a a um laboratório da fábrica ou da prisão. A educação, neste sentido, está preenchida da racionalidade produtiva teleológica, que precisa imperativamente lhe atribuir função, utilidade prática. O estudo, o ensino e a aprendizagem só adquirem valor, assim, enquanto instrumento para o mundo do trabalho e seu aperfeiçoamento. Tal lógica se entranhou tão profundamente na normalidade da instituição que se tornou invisível; parece existir desde sempre e para sempre, como a luz solar, manifestando uma característica moderna do mundo: uma metafísica inexoravelmente presente em todos os instante das vida, de ordenação natural, ditatorial e inconsciente, que modela as aspirações individuais e as relações entre as pessoas e as coisas; essa é a ideia de *sujeito automático* (Exit!, 2007). No fundo, é o poder das coisas, da totalidade do mundo reificado criado pelo fetichismo da mercadoria. Neste mundo, o homem não tem espaço, a não ser enquanto produtor de valor, por isso todas as instâncias se voltam a seu adestramento e treinamento para a produção, para o trabalho.

O trabalho, no entanto, não existe mais sob aquela forma que idealizam seus adeptos, à esquerda e à direita. Com a revolução tecnológica dos anos setenta, a produção de valor depende cada vez menos da atividade humana, transformando a bolha especulativa de dinheiro (pós) moderno em um balão de hélio, que paira no ar sem nenhum lastro com a atividade real. Vivemos, contraditoriamente - e talvez por isso o mal estar moderno - a crise do trabalho numa sociedade que o alçou ao nível da sacralidade. A crise da escola é, portanto, a crise do trabalho. O ordenamento do mundo educacional obedece a um orquestramento do mundo em que trabalho transforma-se em neurose, por não ser mais possível. O operário moderno desaparece junto aquilo que lhe formava, dando espaço a um mundo dos "precarizados" prestadores de serviços, entregadores do IFood e motoristas da Uber. Já a escola vive o sonho quixotesco de reproduzir a sociedade passada na vontade de que ela retorne, mas a roda da história não gira para trás. A fila dos alunos, ao invés de formar uma alegoria dos trabalhadores na fábrica, representa agora a fila dos desempregados, aqueles

abandonados pelo processo de modernização e que não têm mais espaço no mundo das coisas, das mercadorias. Esses excluídos são todos os homens e mulheres, toda a vida humana não mais necessária à reprodução do capital. Daí a reforma do Novo Ensino Médio, uma tentativa de adaptação ao mundo neoliberal em que o emprego clássico e seu sujeito histórico, o operário, desapareceram.

Essa crise do trabalho atravessa todas as esferas de sociabilidades, na medida em que elas se ajoelham perante o altar de seu Deus. Em consonância com a ideologia do trabalho, a modernidade capitalista inaugura crises e cenários, desde o fim do século XX, em que instituições clássicas até então intocáveis parecem perder seu sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito, o presente trabalho pretende alargar o horizonte da sociologia educacional, voltando seu olhar à estrutura da escola, e, por isso, também, à estrutura da modernidade e sua respectiva crise, montando, teoricamente, o quebra-cabeça da encruzilhada em que se encontra a escola. São questões que dizem respeito à lógica de sociabilidade instaurada pela modernidade capitalista, e que por isso se infiltram na escola enquanto sintoma de seus desdobramentos no Estado ou nas subjetividades das crianças que cruzam seus portões. Já a lógica do mundo neoliberal, enquanto política, ressignifica de forma totalitária o fetichismo da mercadoria já presente no primeiro capítulo d'O capital (2003), possibilitando o consumo enquanto cidadania, fazendo da criança um ser já preparado para tal exercício. As novas tecnologias audiovisuais e sua disseminação em massa, por sua vez, parecem se esquecer ou subjugar a cultura letrada ensinada na escola, enquanto a crise do Estado arrasta essa instituição ao limbo de um mundo cuja única autoridade é a própria vontade do indivíduo. Em resumo: "Há uma divergência de época: um desajuste coletivo entre os colégios e seus alunos na contemporaneidade [...]" (Sibilia, 2012, p. 14). Reside aí um sintoma percebido primeiro pelos alunos: uma perda total do sentido que antes existira naquele ambiente em que frequentam diariamente durante anos da vida, o que se percebe cada dia mais no descaso ou desinteresse manifesto destes pela instituição escolar, agora perdida entre a autoridade anacrônica do passado e o caos virtual do presente a que tenta se adaptar.

Ao mesmo tempo, o deus moderno *trabalho*, após criar o mundo à sua imagem, falha aos olhos mortais, no sentido em que se vê impossibilitado de realizar a massa de valor prometida pela tecnologia industrial, e lança à mesma fossa comum os desempregados que sua estrutura não permite absorver. Vê a si mesmo, por isso, em leito de morte, causada pela robotização da produção que dispensa os alunos da vida de treinamento fabril, tal como se

tinha no apogeu na instituição escolar, apresentando ao horizonte das gerações somente a dominação neoliebral, cuja marca no mundo do trabalho é sua própria dissolução.

Palavras-chave: Crise; trabalho; escola; modernidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado.* Lisboa: Presença/Martins Fontes.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª edição, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* [pdf online, 2003].

'EXIT!". (2007), "Crítica do capitalismo para o século xxi". *O Beco On-line.* Disponível em: http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm. Acesso em: 05/04/2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1990.

KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. In: *Margem Esquerda*, Boitempo, n. 35, p. 55-79, 2020.

KRISIS (1999), "Manifesto contra o Trabalho" *Krisis: Kritik der Warengesellschaft*. Disponível em: https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SALES, Shirlei Resende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue. In: Dayrell, Juarez.; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares. *Juventude e ensino médio*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2014.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes*: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Martin Claret, 2013.